

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO NA ATUAL MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

Denise Kloeckner Sbardelotto¹
Adair Ângelo Dalarosa²

RESUMO

Este artigo analisa o processo de institucionalização do ensino público primário na atual mesorregião Oeste do Paraná, que ocorre determinado pelas transformações econômicas locais e nacionais. Inicialmente, é abordado o papel determinante da organização da Colônia Militar e das *obrages* argentinas na formação social da região, na oferta do ensino primário não-institucionalizado. Em seguida, analisa-se o contexto de consolidação do poder público municipal e de decadência das *obrages* no processo de institucionalização do ensino primário público. E, por último, a influência do contexto da migração sulista e do crescimento populacional no processo de desenvolvimento educacional da região. A pesquisa utiliza como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e como fontes de pesquisa a análise bibliográfica e documental. A análise concluiu que as demandas pela institucionalização do ensino primário na atual mesorregião Oeste do Paraná se modificaram diante das transformações ocorridas no âmbito das relações de produção e dos interesses da elite local.

Palavras-chave: ensino primário; institucionalização; oeste do Paraná.

INTRODUÇÃO

Desde a fundação da Colônia Militar do Iguassu, em 1889 até o final da década de 1930, tanto as questões educacionais

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, e professora colaboradora desta mesma Instituição. Doutoranda em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. deniseklsb@yahoo.com.br

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. adairdalarosa@hotmail.com

quanto os diversos setores da sociedade de todo o Oeste do Paraná sofriam pela falta de investimentos e atenção por parte dos governos paranaenses. Embora a educação fosse apenas mais uma das demandas, a partir de 1914, quando foi fundado o município de Vila Iguassu, após o processo de decadência das *obrages* argentinas, e a partir da do processo migratório sulista ao Oeste do Paraná, a elite da região intensificou as reivindicações pela intervenção do estado em favor da educação e de outros serviços públicos. Diante desse contexto, o objetivo do presente artigo é o de analisar o processo de institucionalização do ensino público primário na atual mesorregião Oeste do Paraná, durante o período compreendido por Colodel (2003) como primeira, segunda e terceira frentes de ocupação desse território. Analisaremos o desenvolvimento educacional a partir das transformações econômicas que se processaram na região. Dispensaremos maior atenção à região do atual município de Foz do Iguaçu, por representar seu núcleo urbano pioneiro³.

Essa análise fundamenta-se na classificação de Emer (1991), que estabelece as seguintes modalidades educacionais como características da história da atual mesorregião Oeste paranaense: 1. a "instrução sem instituição", que era de iniciativa do grupo social, mas sem nenhuma regulamentação; 2. a "casa escolar", construída e mantida pelo grupo social "pioneiro", também sem regulamentação oficial; 3. a "casa escolar pública" dos núcleos urbanos, criada e mantida pelo município; e 4. o "grupo escolar".

O referencial teórico-metodológico adotado no desenvolvimento da pesquisa e análise das fontes está alicerçado nos pressupostos do materialismo histórico-dialético e, fundamentalmente, em suas categorias centrais de totalidade e contradição. Como técnicas de pesquisa, além do material bibliográfico, foram analisadas fontes históricas documentais. Dividimos o trabalho em três momentos, a saber: a análise do papel determinante da organização da Colônia Militar e das *obrages*⁴ argentinas na formação social da região,

³ O termo "pioneiro (a)" será utilizado entre aspas, mostrando que não compactuamos com a análise eurocêntrica de povoamento e indicando que nos referimos à ocupação brasileira do século XIX e XX.

⁴ Os termos *obrages* e *mensus* são originários do espanhol e significam, respectivamente, o local onde o trabalho manual é executado a condição de mensalista. Estas *obrages* extraíam e exportavam erva-mate e madeira, cujos proprietários eram denominados *obrageros* e os *mensus* eram em sua maioria peões de origem paraguaia ou guarani. Eram chamados de *obrageros* os proprietários das *obrages* (WACHOWICZ, 1982).

na oferta do ensino primário não-institucionalizado; a análise do contexto de consolidação do poder público municipal e de decadência das *obrages* no processo de institucionalização do ensino primário público; e a análise da influência do contexto da migração sulista e do crescimento populacional no processo de desenvolvimento educacional da região.

1 A COLÔNIA MILITAR DO IGUAÇU E AS OBRAGES ARGENTINAS: INICIATIVAS NÃO INSTITUCIONALIZADAS

Conforme já apontamos, durante toda a vigência da Colônia Militar do Iguçu (1989-1914) a presença e dominação política e econômica estrangeira, predominantemente argentina, eram muito marcantes no Oeste do Paraná. Conforme Wachowicz (2002), “Essa frente extrativa de erva-mate era, pois, de capital argentino, mão-de-obra paraguaia e matéria-prima brasileira” (WACHOWICZ, 2002, p. 234). A influência dos argentinos no Oeste do Paraná era fundamentalmente econômica, mas como resultado dessa hegemonia, predominava também toda a cultura argentina (a religião, os costumes ou língua castelhana). Os argentinos eram os detentores dos meios de produção da erva-mate e madeira, principais atividades econômicas do Oeste do Paraná, e não possuíam interesse no desenvolvimento da região, ao contrário, beneficiavam-se com o seu isolamento. Assim, tanto os bens de consumo quanto a prestação de serviços buscava-se na Argentina, incluindo o registro civil das crianças, a assistência religiosa e a educação, que também se valiam de países vizinhos, sobretudo na Argentina. (LOPES, 2002). Assim, os argentinos não tinham interesse em viabilizar uma estrutura educacional no Oeste do Paraná.

Os brasileiros militares, funcionários do fisco e políticos do poder público municipal de Foz do Iguçu, não podendo combater o poderio das *obrages*, atuavam em sintonia direta com os argentinos, em sociedade ou pela relação comercial, enriquecendo e aumentando sua influência a partir da atividade de extração, beneficiamento e exportação de erva-mate e madeira (EMER, 1991). O autor afirma que existia por parte dos militares e funcionários do fisco a preocupação com a escolarização dos seus filhos e, na ausência de qualquer infra-estrutura de iniciativa do estado, se mobilizavam em seus grupos sociais para tentar resolver o problema da carência de ensino público primário.

As primeiras iniciativas de escolarizar as crianças em Foz do Iguaçu podem ser incluídas na primeira modalidade: “instrução sem instituição” (EMER, 1991). Quando ainda não havia o ensino público, a escolarização era privilégio classe dominante (filhos dos *obrageros*, comerciantes, trabalhadores qualificados, funcionários do fisco, dentre outros), que podia pagar pela modalidade “instrução sem instituição”, através de aulas particulares nas residências dos alunos ou dos professores. Esses professores não eram habilitados para exercerem o magistério e, embora fossem pagos pelos pais dos alunos, lecionavam em condições muito precárias.

Conforme Emer (1991), havia em Foz do Iguaçu um ensino particular ministrado por pessoas que tinham um mínimo de conhecimento e que se dispunham a trabalhar como professores particulares: “Essa instrução era quantitativamente muito restrita, e só para filhos de funcionários de postos mais importantes, na modalidade de escolarização particular domiciliar” (EMER, 1991, p. 218). Pagar um professor que ensinasse nas residências ou em casas escolares geralmente era privilégio dos filhos daqueles que ocupavam um cargo mais elevado na Colônia, que vislumbravam na escolarização uma forma de ascensão ou manutenção social. Assim, essa prática parecia ser mais comum às famílias de funcionários do governo, porque as crianças que pertenciam às outras famílias da elite, como a dos *obrageros*, costumavam ser enviadas desde muito pequenas às escolas de outras cidades do Estado do Paraná, como Guarapuava e Curitiba, ou núcleos urbanos dos países vizinhos, como a cidade argentina de *Posadas* ou a capital paraguaia de *Assunción*. (Idem). Assim, aos filhos de *obrageros*, de funcionários públicos ou de representantes políticos do Oeste do Paraná encontravam-se alternativas de escolarização, a fim de que pudessem garantir a sucessão dos cargos públicos e de sua influência política naquele território. Os mais pobres ou o grande número de *mensus* ainda careciam de condições básicas de higiene, alimentação e saúde, e só possuíam uma herança para transmitir: o trabalho nas *obrages* e a perpetuação da situação de dependência em relação ao *obrageiro*.

Até a extinção da Colônia Militar e emancipação da Vila Iguassu, a “instrução sem instituição” era a única modalidade educacional: “No período de 1889, ano da criação da Colônia Militar, até 1912, ano de sua extinção, não existiu escola ou casa escolar em Foz do Iguaçu.” (EMER, 1991, p. 218). Enquanto isso há o registro

de que, em 1928, esta segunda modalidade educacional tenha sido instalada e mantida pela Companhia Mate Laranjeira em Guaira, provavelmente diante da insuficiência da modalidade de "instrução sem instituição". (EMER, 1991). Conforme Emer (1991), "O interesse da Mate Laranjeira com a escolarização devia-se especialmente a suas carências de mão-de-obra qualificada para o trabalho nos escritórios [...]" (EMER, 1991, p. 230). Também se distinguindo de Foz do Iguaçu e do restante da região, na localidade de Catanduvás foi criada uma "casa escolar" em 1929, viabilizada pelo grupo social dominante, composta por fazendeiros, comerciantes e alguns funcionários públicos: "Contudo essa escola teve um curto período de funcionamento. A professora decidiu morar com os pais na fazenda, abandonando as atividades na escola, em 1931" (EMER, 1991, p. 206).

Após a instalação municipal (1914), a parcela de brasileiros – militares, funcionários do fisco e funcionários municipais –, diretamente ligada à classe industrial ervateira argentina, passou a administrar o município e a determinar políticas públicas em favor de seus interesses. A mesma exploração de reservas naturais e de mão-de-obra barata continuou sendo a realidade do Oeste do Paraná, mesmo após a criação do município e dos cargos políticos municipais. Por outro lado, com essas transformações políticas, houve em Foz do Iguaçu uma complexificação das relações sociais e a educação começou a ganhar maior importância na manutenção desses postos políticos. O aumento da demanda da população por ensino primário resultou em maior pressão para que o poder público municipal e estadual institucionalizasse e financiasse escolas em Foz do Iguaçu. Será analisado a seguir justamente esse processo de institucionalização do ensino primário público na atual mesorregião Oeste do Paraná, através das "casas escolares públicas" e dos "grupos escolares" (EMER, 1991).

2 O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E A DECADÊNCIA DAS OBRAGES ARGENTINAS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO

A educação no estado do Paraná, durante as primeiras décadas da República, encontrava-se subordinada à descentralização das questões da instrução pública imposta pelo Ato Adicional de 1834. As dificuldades do acesso por terra, a predominância da influência

política e econômica argentina e a presença de grande número de estrangeiros, colocavam o Oeste do Paraná em situação ainda mais precária do que o restante do estado, devido ao baixo investimento do governo estadual.

Nesse contexto, o desenvolvimento da educação pública institucionalizada no Oeste do Paraná e em Foz do Iguaçu é bastante tardio em relação ao contexto estadual, tendo em vista o ano da fundação da Colônia Militar do Iguaçu (1889). Apesar de serem privilégios da elite de Foz do Iguaçu, as iniciativas de ensino através das modalidades de “instrução sem instituição”, “casa escolar” ou o envio de crianças para se escolarizarem fora da localidade, começaram a ficar inviáveis com o aumento do contingente de crianças. Com a criação do município de Vila Iguassu, em 1914, e o aumento da demanda por educação, surgiram as “casas escolares públicas”, com a suposta finalidade de atender a população que não poderia pagar pelo ensino. Há, portanto, uma contradição entre o discurso em favor da escola pública e a real finalidade dela no Oeste do Paraná, que era atender aos filhos das famílias da elite.

Emer (1991) aponta que, entre 1915 e 1916, a Prefeitura Municipal teria construído e mantido uma “casa escola pública”, embora ainda precária e insuficiente. Essa informação é reforçada pela Lei Municipal n.º 007, de 30 de outubro de 1914, que autorizou o Prefeito Municipal Jorge Schimmelpfeng a “[...] criar um Colégio de ensino primário do sexo masculino, nesta Vila [...]” (FOZ DO IGUAÇU, Lei Municipal n.º 007, 1914, Art. 1º). Também encontramos na Lei Municipal n.º 024, de 07 de março de 1917, a autorização para criar “[...] duas escolas municipais do sexo masculino [...]” (FOZ DO IGUAÇU, Lei Municipal n.º 024, de 07 de março de 1917, Art. 1º). Esses são os primeiros registros da existência da modalidade de “casa escolar pública” em Foz do Iguaçu. Assim, as “casas escolares públicas” subvencionadas pelo município, por muito tempo se constituíam na única oferta pública de ensino primário em Foz do Iguaçu, marcando o início da institucionalização do ensino primário na região “pioneira” da atual mesorregião Oeste do Paraná.

Mesmo quando a casa escolar passou a ter o caráter “público”, essa ampliação da escolarização não significou o atendimento de todos de forma igual, mas sim de uma demanda proveniente da classe dominante, que viabilizou a escola e que a ela era

destinada. Além de atender a elite da localidade, as “casas escolares públicas” eram destinadas apenas ao sexo masculino, determinação estabelecida já na Lei de criação das instituições. Atendendo apenas a população masculina, podemos supor que o ensino público era ainda mais elitizado, pois geralmente o trabalho dos filhos homens era indispensável para a subsistência das famílias mais humildes (caboclos ou *mensus*) e essas famílias não encontravam (nem poderiam) na escolarização uma forma efetiva de melhorar suas condições de vida material. (EMER, 1991).

Com o fortalecimento do poder público municipal de Foz do Iguaçu na década de 1920, iniciou-se um processo de complexificação das relações sociais, imbuída da necessidade de nacionalizar definitivamente a região e incluí-la no contexto econômico industrializado. Conforme Wachowicz (1984), a população só começa “[...] a reivindicar a educação escolar, quando os grupos urbanos se tornam expressivos e se organizam para a vida social.” (WACHOWICZ, 1984, p. 19). Nesse período, a situação do ensino primário no Oeste paranaense permanecia ainda muito deficiente. Para Emer (1991), havia um descontentamento dos habitantes com a precariedade das “casas escolares públicas” que existiam no município de Foz do Iguaçu, e com conseqüentes reivindicações junto ao governo do estado por uma educação de maior qualidade. (EMER, 1991). Esse descontentamento evidentemente partia da elite de Foz do Iguaçu em relação à baixa qualidade da casa escolar e à carência por escolas de ensino primário.

Como as “casas escolares públicas” municipais não atendiam toda a demanda educacional, diante dos apelos das elites do interior do estado, as reformas do ensino primário viabilizadas pelo Inspetor Geral do Ensino, César Prieto Martinez, tinham a seguinte concepção em relação ao ensino nas regiões mais distantes da capital:

Não sendo possível, porém, levar a todos os pontos uma instrução completa, consigamos ao menos ensinar a ler, a escrever e a contar, onde não pudermos fazer mais. [...] Nos pequenos [centros], onde as dificuldades de toda espécie se avolumam, podemos simplificar os cursos. Nem por isso, deixamos de prestar bons serviços e ir ao encontro dessa gente (PARANÁ, Relatório de 1921 apud Miguel, 1992, p. 46-47).

Entretanto, a educação pública estadual foi uma das reivindicações de parte da sociedade política e civil do Oeste paranaense que tardou a ser atendida pelo governo do estado do Paraná. Segundo Emer (1991), “[...] o Estado impôs sua presença, primeiramente pelo fisco e outras formas coercitivas, e só depois, muito lentamente, retribuiu com serviços, numa conduta tipicamente capitalista, idêntica à classe social que lhe dava sustentação política”. (EMER, 1991, p. 241). Apenas nos primeiros anos da década de 1920 houve a primeira iniciativa estatal em subvencionar a educação do Oeste do Paraná, através da instalação de uma “casa escolar pública” estadual. Essa iniciativa ocorreu através de um acordo entre o estado do Paraná e a Igreja Católica para viabilizar a educação no município: “Foi naquele mesmo tempo que o Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Caetano Munhoz da Rocha mandou oferecer aos Padres uma subvenção estadual caso que ajudassem na instrução publica de Foz do Iguassú” (PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, 1920, p. 3). Esse acordo entre o Estado e a Igreja Católica representou primeira intervenção do governo do estado em relação ao ensino público primário no Oeste do Paraná e o germe da posterior criação do primeiro Grupo Escolar da atual mesorregião Oeste do Paraná, o Grupo Escolar Bartholomeu Mitre, criado pelo Decreto n.º 1.326 de 27 de agosto de 1928 (SBARDELOTTO, 2007).

A educação necessária e existente no Oeste do Paraná, de caráter geral e privilégio de poucos, não era a de uma instrução prática para o trabalho com a erva-mate e a madeira, nos moldes das *obrages*, mas uma educação geral que auxiliasse na manutenção e ascensão social da elite dirigente. Tanto dos proprietários de *obrages*, que escolarizavam seus filhos para aprenderem a prosseguir com os negócios da família, geralmente nos países de origem, quanto das famílias de funcionários do governo ou de representantes políticos da região, que buscavam na educação uma forma de manter o poder sobre os cargos e certo tipo de controle político.

Entretanto, a partir de 1930, a atividade nas *obrages* argentinas entrou em franca decadência (PADIS, 1981; WACHOWICZ, 2002). Acompanhando um processo de crise econômica nacional e crise de exportação de erva-mate no Estado do Paraná, ocasionado pela dependência da economia paranaense em relação ao mercado exterior, a partir de meados da década de 1920 os latifúndios de erva-mate no Oeste do Paraná também sofreram um processo de intensa decadência. Esse declínio ocorreu tanto como reflexo da decadência

na exportação estadual, quanto pela presença dos militares da Coluna Prestes durante alguns meses de 1924 e 1925, paralisando e desarticulando o sistema das *obrages* e incitando a revolta dos *mensus*. A decadência econômica das *obrages* não significou a imediata colonização do Oeste do Paraná. Após o Movimento de 1930, essa região ainda estava economicamente isolada do restante do estado. Esse isolamento começou a ser combatido por medidas vinculadas ao projeto nacionalista do novo governo, através do programa de “Marcha para o Oeste” baseado no desenvolvimento do país via industrialização e que tinha como princípio o combate aos latifúndios e oligarquias agrárias. Políticas nacionais de interiorização e ocupação dos espaços brasileiros ainda “vagos” foram colocadas como prioritárias para a conquista da brasilidade.

Conforme Lopes (2002), a partir da década de 1930: “[...] o governo paranaense, através de novas práticas administrativas, desencadeou uma intensa campanha de nacionalização dos costumes cotidianos da população em geral na região de fronteira.” (LOPES, 2002, p. 51). Esse período caracteriza o início da segunda frente de ocupação paranaense, quando o interventor paranaense General Mário Tourinho, nomeado por Getúlio Vargas, tomou algumas medidas reformadoras no sentido de nacionalizar as regiões ainda não ocupadas do território do Estado, assumindo a missão de remodelar o sistema político e econômico paranaense, acabando com os abusos das concessões de grandes extensões de terras concedidas às Companhias Colonizadoras estrangeiras, e dando início à migração sulista. Conforme evidencia a Mensagem do Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha, em 1922: “Mais de quinhentas famílias oriundas do Rio Grande do Sul e Estados limítrofes, têm se estabelecido nesses últimos tempos em terras do nosso Estado, principalmente nos municípios de Palmas e Foz do Iguaçu [...]” (PARANÁ apud Westphalen; Machado; Balhana, 1968, p. 4).

Neste período, resultado do movimento político e econômico ocorrido a partir da década de 1930 e da crescente demanda da sociedade por trabalhadores qualificados para as indústrias, através da ação do interventor General Mário Tourinho, as reformulações previstas para o sistema estadual de ensino incluíam “[...] uma melhor distribuição, no interior do Paraná das escolas primárias, mantidas pelo Estado.” (TOURINHO apud Miguel, 1992, p. 76). Contudo, data desse período a promulgação de Decretos que, no limite, desresponsabilizava o

poder público estadual dessa obrigação. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado oficializava sua intenção em redistribuir as escolas primárias no interior do estado, indiretamente transferia aos poderes públicos municipais e à iniciativa privada a responsabilidade pelo financiamento, na intenção de não customizar aos cofres públicos do Estado.

O município "pioneiro" do Oeste do Paraná também assumiu encargos educacionais, através de algumas iniciativas para viabilizar o ensino primário tomadas no decorrer da década de 1930. Considerando o apelo da Cruzada Nacional de Educação para a instalação de mais escolas de alfabetização, realizada no Rio de Janeiro em 1936 e "[...] o grande número de crianças e adultos, ou alfabetos, espalhados por todo o Município, principalmente por falta, de escolas públicas [...]." (FOZ DO IGUAÇU, Lei Municipal n.º 014, 1936), nessa mesma data, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu autorizou a criação e instalação de mais "[...] duas escolas públicas municipais, nos lugares denominados 'Caremã e Estrada de Aguirre'". (FOZ DO IGUAÇU, Lei Municipal n.º 014, Art. 1º e 2º). Mesmo com essas dificuldades estruturais, o referido Prefeito afirmava que: "[...] a instrução Pública neste Município está sendo cuidada com verdadeira dedicação e carinho não só pelo Exmo. Sr. Governador do Estado [...]" (FOZ DO IGUAÇU, Justificativa de Veto, 1936). Apesar de o belo discurso em favor da educação, essas escolas não funcionavam perfeitamente e esse número de escolas ainda era insuficiente para atender toda a demanda educacional do Oeste do Paraná.

Esses decretos mostram a ânsia dos governos do Estado Novo em nacionalizar as regiões de fronteira. Assim, constitui nosso objetivo, na sequência, analisar como o processo de ocupação brasileira da atual mesorregião Oeste do Paraná, e sua inserção na econômica estadual e nacional, determinou o aumento da demanda educacional, bem como o papel da escola no desenvolvimento econômico da região.

A MIGRAÇÃO SULISTA E A EFETIVA OCUPAÇÃO BRASILEIRA DA ATUAL MESORREGIÃO OESTE: O AUMENTO DA DEMANDA EDUCACIONAL

No Paraná, no contexto da Pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e intensas reformulações na política brasileira a partir de 1946, a produção de erva-mate já não representava mais a principal atividade econômica do Estado. Tanto as mudanças na economia

mundial a partir de 1930 quanto as medidas nacionalizadoras, tomadas pelo governo do Estado do Paraná, dificultaram a atuação das empresas estrangeiras na região Oeste, que aos poucos deram lugar às empresas nacionais de exploração da madeira, cuja produção e exportação se intensificaram a partir da década de 1940.

Após a criação do Território Federal do Iguazu – Decreto n.º 5812, de 13 de setembro de 1943, como parte das medidas nacionalizadoras do governo de Getúlio Vargas –, a Divisão de Educação constatou que a situação das escolas isoladas ou Grupos Escolares que existiam na região eram alarmantes e que o ensino era deficiente e deturpado pela influência dos termos estrangeiros. Segundo Lopes (2002), a Diretora da Divisão de Educação, Laudímia Trotta, afirmava que “[...] as escolas estavam quase todas instaladas em péssimas condições: casebres, choupanas, capelinhas.” (TROTTA apud Lopes, 2002, p. 153). Ainda, conforme Trotta, “[...] sendo fraquíssimo o professor, é fácil calcular a deficiência do ensino. [...] A nossa língua é ensinada de maneira deturpada, alunos e professores têm um vocabulário paupérrimo, entremeadado de termos estrangeiros.” (TROTTA, apud Lopes, 2002, p. 158).

Mesmo após sua extinção, o Território Federal do Iguazu (1943-1945) atraiu grande número de migrantes sulistas que vislumbravam encontrar terras produtivas e maiores oportunidades. “Embora possa se dizer que já havia um movimento migratório para a região anterior à criação do Território Federal do Iguazu, é a partir da década de 40 e notadamente depois do Território do Iguazu, que se desencadeia e se consolida um processo migratório muito mais intenso” (LOPES, 2002, p. 239-240). Assim, na intenção de ocupar definitivamente o território da atual mesorregião Oeste do Paraná, intensificando o movimento migratório sulista, em nome da segurança nacional e na intenção de combater os latifúndios de terras por estrangeiros chamados de “grileiros”, o governo brasileiro proibiu a “[...] propriedade da terra, por estrangeiros, nas zonas de fronteiras, sendo, em consequência, nacionalizadas várias companhias” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 6). Esse movimento também ocorreu no Oeste do Estado do Paraná⁵, onde já não havia as *obrages* argentinas, e, a partir de 1940, intensificou-se a migração de colonos provenientes

⁵ A companhia que mais atuou no Oeste do Paraná foi a Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S/A – MARIPÁ que, em 1946, comprou a Fazenda Britânia da companhia anglo-argentina Maderas del Alto Paraná. (BALHANA *et al*, 1969).

de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porém em menor escala, do Norte do Paraná, primeiramente voltados à comercialização de madeira e excedentes agrícolas.

Assim, com a colonização espontânea (principalmente de 1930 a 1946), através da chegada dos posseiros, intrusos e grileiros, e da colonização dirigida (a partir de 1946), através da venda de terras pelo governo do Estado e pelas Companhias Colonizadoras, a atual mesorregião Oeste do Paraná foi efetivamente ocupada, principalmente devido à migração sulista, apresentando crescimento populacional e desenvolvimento econômico acelerados.⁶ Com o crescimento populacional urbano também aumentaram os problemas sociais nesses novos núcleos urbanos e nos núcleos já existentes e carentes de estrutura.

Mas, em relação às escolas primárias, o poder público municipal de Foz do Iguaçu continuou subvencionando e criando escolas tentando atender a crescente demanda pelo ensino público primário. Em 22 de julho de 1953, através da Lei Municipal n.º 118, foi autorizada a abertura de um "[...] Crédito Especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) no exercício vigente, destinado à construção de três (3) escolas primárias localizadas em 'Sanga Funda', 'Tamanduazinho' e 'Santa Helena'" (FOZ DO IGUAÇU, Lei Municipal n.º 118, 1953, Art. 1º). Porém, mesmo com os auxílios municipais, as poucas escolas públicas primárias no Oeste do Paraná continuavam em situação precária. Pilotto (1954) reconhece as condições de baixo padrão das escolas que estavam sendo disseminadas nesse período pelo interior do Estado e se justifica:

Critica-se que essa disseminação de escolas pelo interior obriga a um ensino de padrão baixo, uma vez que é difícil contar com professores bem capacitados para a sua função. Note-se, porém, o fato já apontado de que a política do Estado não fez mais do que seguir um movimento em pleno desenvolvimento (PILOTTO, 1954, p. 89).

Para Emer (1991), a falta de estrutura nas escolas do Estado do Paraná era mais sentida pelas localidades que não eram ocupadas

⁶ A ocupação das terras no Oeste do Paraná, chamado por Balhana (et al, 1969) de "Paraná Moderno", não ocorreu em plena harmonia e isenta de conflitos: "[...] as questões de terras assumiram graves aspectos conflitantes." (BALHANA et al, 1969, p. 230).

por colonos descendentes imigrantes europeus e, portanto, não eram servidas pelas escolas que os colonos viabilizavam e mantinham em suas localidades. Werebe (1994) ratifica essa análise, afirmando que, para além de 1970, ainda o “[...] grande número de professores, sobretudo nas zonas rurais, trabalha em condições lamentáveis, estando muitas vezes sujeitos às injunções políticas locais, não sendo raro os casos dos que são obrigados a providenciar até o local para instalação da sala de aula” (WEREBE, 1994, p. 196). Emer (1991) aponta que havia um índice alto de evasão nas escolas criadas pelo governo, em razão do conflito de interesses pelo papel da escola, entre o Estado do Paraná e os imigrantes que viviam nas colônias e que criavam, sustentavam e organizavam suas escolas, conforme sua cultura e o idioma de seus países de origem.

À medida que esses migrantes sulistas foram se estabelecendo no Oeste do Paraná, na ausência de investimentos do governo do Estado nas regiões de interior e contando com o suporte e estrutura das companhias, viabilizavam para sua comunidade vários serviços básicos necessários: “Para resolver outras necessidades por eles [colonos] consideradas fundamentais, como a saúde, a educação e a religião, construíram seus hospitais, suas escolas e seus templos.” (GREGORY, 2002, p. 103). Assim, conforme Emer (1991), a ocupação e desenvolvimento do Oeste do Paraná inicialmente foram viabilizados apenas pelos colonos, assim como a solução dos problemas imediatos da sua produção e dos serviços básicos necessários, sem a dependência das ações do poder público estadual ou federal. Referindo-se à situação do município de Santa Helena, Emer (1991) identifica a modalidade de “casa escolar” nessa localidade ainda na década de 1950, criada e mantida pelos colonos migrantes e que funcionavam nas dependências das capelas: “A escola, informal e sem nenhum ato oficial, era mantida pelo próprio grupo colonial que, coletivamente construiu a capela.” (EMER, 1991, p. 227).

Enquanto na década de 1950 a tendência nacional e estadual era de implantar os grupos escolares em regime seriado, muitas localidades no interior do Paraná ainda contavam apenas com “casas escolares” organizadas pelo grupo social. Durante o contexto nacional de desenvolvimento urbano-industrial das décadas de 1940 e 1950, o Estado do Paraná ainda empreendia grandes esforços em resolver suas questões agrárias. Esse elemento era resultado das suas especificidades econômicas que teve seu território ocupado tardiamente e manteve a

base da economia calcada na agricultura e na atividade extrativista. As questões agrárias eram ainda muito importantes para o Paraná devido a estas características econômicas: a necessidade de ocupar os espaços “vagos” de seu território e de manter sua economia em tempos de franco desenvolvimento industrial. Esse atraso da economia paranaense era ainda mais expressivo nas regiões recém-ocupadas e em processo de desenvolvimento como a atual mesorregião Oeste do Paraná, em condição ainda mais periférica, dependente e atrasada em relação ao contexto nacional.

Apesar da institucionalização do ensino primário, essas escolas não davam conta da demanda educacional do Oeste do Paraná, que crescia à medida que a população da região aumentava devido à migração sulista. Esse processo migratório foi intensificado nas décadas de 1940 e 1950, concretizando a ocupação definitiva da região e criando uma demanda ainda maior pelo ensino primário público e por professores habilitados. Em relação à educação no Estado do Paraná:

A demanda por escolas acentuou-se principalmente nas décadas de 40 e 50, à medida que se consolidou o processo de ocupação e colonização do território paranaense e as reivindicações nas participações dos bens sociais pelas classes trabalhadoras, nos núcleos urbanos emergentes, se fizeram de modo mais veemente (MIGUEL, 1992, p. 73).

Durante a década de 1950, a economia do Oeste do Paraná ainda era fundamentalmente agrária e baseada na suinocultura. Assim, enquanto o país passava por um crescimento urbano-industrial acelerado, as especificidades da região permitiram apenas um relativo crescimento urbano, decorrente da intensa migração sulista, e um desenvolvimento industrial ainda bastante incipiente (SINGER, 2004). Enquanto isso ocorria no Brasil, na década de 1920, o atraso econômico decorrente da longa exploração estrangeira e isolamento geográfico do Oeste do Paraná, fazendo com que esse desenvolvimento ocorresse três décadas depois. Apesar do crescimento populacional da região e do aumento da demanda por estrutura e diversos serviços públicos, dentre eles a educação, esses serviços só foram disponibilizados muito tardiamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da permanência de escolas primárias mínimas e precárias na atual mesorregião Oeste do Paraná, havia a reprodução da dualidade no sistema de ensino público, característico do Estado do Paraná nesse período: um destinado à região urbana e outro para o espaço rural, permanecendo o imprevisto e precariedade na educação nas regiões do interior do Estado. No limite, o pequeno salto qualitativo da educação no Oeste do Paraná beneficiou apenas a uma parcela da população, ocorrendo também a implantação dos grupos escolares no Oeste do Paraná que “[...] significou mais a presença do poder do Estado e uma diluição da relação da sociedade com sua escola, que o Estado a serviço daquela formação social.” (EMER, 1991, p. 241).

Em síntese, demonstramos que à medida que as *obrages* sofreram decadência, a partir de 1930, e que as novas companhias colonizadoras instaladas na região a partir de 1940, aceleraram-se o desenvolvimento dos núcleos urbanos e a demanda por escolas e professores primários, sinalizando a necessidade de adequá-las às novas exigências do modo de produção capitalista. Assim, enquanto as relações de produção da *erva-mate*, principal atividade econômica do Oeste do Paraná até 1930, não estavam inseridas no movimento econômico estadual e nacional, mas voltadas para o enriquecimento e circulação de capital, nos países vizinhos, os investimentos no ensino primário no Oeste do Paraná e em Foz do Iguaçu eram limitados a determinados interesses da elite local. Na medida em que se intensificou o crescimento populacional e econômico, os sistemas públicos municipais foram se consolidando e a economia, antes fundamentalmente extrativas e de subsistência, começa a ser substituída pela agricultura e suinocultura. A partir disso, novas demandas sociais e educacionais foram sendo reivindicadas pelas elites da atual mesorregião Oeste do Paraná.

THE INSTITUTIONALIZATION OF THE PUBLIC PRIMARY EDUCATION IN THE CURRENT PARANA STATE MIDWEST REGION

ABSTRACT

This article analyses the institutionalization process of the public primary education in the current Parana State midwest region, that

occurs determined by local and national economical transformations. In the beginning it is approached the determining role of the Military Community organization and the role of the Argentinians *obrages* in the social formation of the region, in the offering of non-institutionalized primary education. After, it is analysed the context of the consolidation of Municipal Public Power, and the decadence of the *obrages* in the institutionalization process of the public primary education. At last, the influence of the southern migration context and the populational growing in the educational development of the region. The research uses the historical-dialectical materialism as theoretical reference and the bibliographic and documental analysis as research fonts. The analysis got the conclusion that the requests for the institutionalization of the primary education in the current Parana State Midwest region have been modified against the transformations occurred in the scope of the production relations and of the interests of local elite.

Key words: primary education, institutionalization, Parana state midwest region.

REFERÊNCIAS

- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná*. v. 1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- COLODEL, J. A. *Cinco séculos de história*. In: Peris, A. F. (org.). *Meso-região do Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas*. Cascavel: Edunioeste, 2003. http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edunioeste_completo.pdf. Acesso em: 22/09/2008.
- EMER, I. O. *Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola*. Dissertação (Mestrado em Educação). RJ: Instituto de Estudos Avançados em Educação, FGV, 1991.
- GREGORY, V. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- LOPES, S. *O Território do Iguazu no contexto da "Marcha para Oeste"*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MIGUEL, M. E. B. *A Pedagogia da Escola Nova no Paraná: início, consolidação e expansão do movimento*. Tese (Doutorado em Educação). PUC: SP, 1992.

Institucionalização do ... - Denise K. Sbardelotto e Adair A. Dalarosa

PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. SP: Hucitec, 1981.

PILOTTO, E. *A educação no Paraná: síntese sobre o ensino público elementar e médio*. RJ: Marques Saraiva, MEC/INEP/CILENE, 1954. (Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar, publicação n.º 3).

SBARDELOTTO, D. K. *História da criação do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, o primeiro Grupo Escolar da região Oeste do Paraná: contexto histórico de 1889 a 1930*. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira). UNIOESTE, Cascavel, 2007.

SINGER, P. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. (p. 211-245). In: FAUSTO, B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira – Período Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)*. Tomo III, vol. 3, 3ª ed., RJ: Bertrand Brasil, 2004.

WACHOWICZ, L. A. *A relação professor - Estado no Paraná tradicional*. SP: Cortez/Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, R. C. *Obrageiros, mensus e colonos*. Curitiba: Vicentina, 1982.

_____. *História do Paraná*. 10ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial (Brasil Diferente), 2002.

WEREBE, M. J. G. *30 anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil*. SP: Ática, 1994.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Boletim da Universidade Federal do Paraná. n.º 7. Curitiba: Departamento de História, 1968, p. 1-53.

Documentais:

FOZ DO IGUAÇU. Lei Municipal n.º 007, de 30 out. 1914. Cria um colégio de ensino primário do sexo masculino no município de Vila Iguassú.

_____. Lei Municipal n.º 024, de 07 mar. 1917. Cria duas escolas municipais do sexo masculino.

_____. Lei Municipal n.º 085, de 20 mai. 1926. Concede gratificação mensal de cem mil réis, ao professor que mantiver uma escola noturna para o ensino primário a adultos.

_____. Lei Municipal n.º 014, de 1936. Cria duas escolas públicas municipais.

Institucionalização do ... - Denise K. Sbardelotto e Adair A. Dalarosa

_____. Justificativa de Veto, de 18 dez. 1936. Veta o Projeto de Orçamento para 1937.

_____. Lei Municipal n.º 118, de 22 jul. 1953. Autoriza a abertura de crédito de verba municipal para a construção de três escolas primárias em Foz do Iguaçu.

PARANÁ. Decreto n.º 528, de 02 mar. 1932. Cria cinco inspetorias regionais de ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, 04 mar. 1932.

PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. *Livro tombo da Paróquia São João Batista*. Foz do Iguaçu, 1920.

Recebido em junho de 2010

Publicado em agosto de 2010